



## IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### Portugal, território de territórios

---

---

Sessão Semi-plenária: Pensar além da crise: conhecimento, ciências sociais e política científica

---

---

#### **CIÊNCIAS SOCIAIS, ANTROPOLOGIA E DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES: DESAFIOS DE UM FUTURO PRÓXIMO**

---

---

MARTINS, Humberto

Doutor em Antropologia, UTAD-CETRAD, Vice-Presidente APA, [hmartins@utad.pt](mailto:hmartins@utad.pt)

---



#### Resumo

Neste texto discuto a situação actual da ciência social em Portugal com um olhar a partir da antropologia. Identifico problemas e questões de fundo, bem como algumas mais conjunturais que são transversais a todas as ciências sociais. Paralelamente afirmo a importância da antropologia no quadro da ciência em Portugal e no Mundo, tendo particular atenção os desafios sociais de um futuro próximo. Finalmente advogo um investimento consolidado e sustentado na ciência e na investigação que possa garantir emprego científico e um normal funcionamento de um sector fundamental para o progresso da sociedade portuguesa.

#### Abstract

In this paper I discuss the current situation of social science in Portugal with a view from anthropology. I identify problems and substantive issues as well as some more conjunctural ones that cut across all social sciences. At the same time I state the importance of anthropology in the context of science in Portugal and in the world, with particular attention to the societal challenges of the near future. Finally I advocate a consolidated and sustained investment in science and research that can guarantee scientific employment and normal operation of a key sector for the progress of Portuguese society.

Palavras-chave: Antropologia; Ciências Sociais; Conhecimento; Política Científica

Keywords: Anthropology; Knowledge; Scientific Policy; Social Sciences



## 1 - Notas Preambulares

Em primeiro lugar, em nome da Associação Portuguesa de Antropologia (APA), quero louvar a Associação Portuguesa de Sociologia por mais esta iniciativa que teve a virtude de juntar investigadores e várias áreas de saber. Uma sessão que deu sequência e, espera-se, consequência ao que foi o Encontro dos Cientistas, realizado no ICS no dia 2 de Junho de 2015 com uma acção posterior no Parlamento através da qual se procedeu à entrega de um texto com reflexões finais aos vários grupos parlamentares. Um país precisa de ciência, dos cientistas e de produzir bom conhecimento científico; isto é, um conhecimento rigoroso no sentido dos procedimentos de pesquisa, com um olhar sempre atento ao mundo e uma preocupação respectiva de divulgação e transmissão de resultados. Um país como Portugal pode e deve apostar numa economia do conhecimento científico sustentada numa política científica que crie emprego e investimento na ciência (não esquecendo as ciências sociais, em geral, e a antropologia, em particular, e nunca as estigmatizando como se «filhos de um deus menor» se tratassem).

Em segundo lugar, parece-me importante salientar a urgência e a importância de continuar esta reflexão. Os tempos contemporâneos da ciência em Portugal merecem uma cuidada vigilância crítica por parte de quem, como nós, se importa com o fazer bem (n) o País. E os cientistas são e podem ser agentes críticos na construção de sociedades melhores e mais justas. No entanto, a sensação, ancorada em indicadores objectivos e subjectivos, é a da existência de uma depreciação do que somos (cientistas, cientistas sociais, formados em antropologia, antropólogos) e do que fazemos e, como tal, revemo-nos nas preocupações que sustentam esta sessão. A APA há muito tempo que vem reflectindo sobre estes temas, até porque os antropólogos se sentem, muitas vezes, marginalizados em muitos dos debates e nas arenas públicas onde se discute e faz ciência, pensa e reflecte sobre o mundo e o seu devir. Digamos que a crise bateu «mais cedo» à porta da antropologia, antes de se anunciar a muitas outras áreas do saber.

Em terceiro lugar, gostaria de salientar na continuação do que acabei de dizer, e apesar de eu próprio ter formação de base em sociologia e um mestrado em ciências sociais, que a Antropologia não é Sociologia. Convive (muitas vezes bem), está próxima, tem uma história - nomeadamente nos seus fundamentos - e uma episteme partilhadas, assim como lugares, metodologias, objectos, técnicas, teorias e inclusive pessoas (investigadores, autores, docentes) mas não podemos aniquilar as suas singularidades. Antropologia, Sociologia, História e Geografia, entre outras, todas têm o seu lugar devido no quadro das ciências sociais e humanas. E, como tal, não deixando de assinalar a existência de questões e problemas comuns que a todos interessam e importam, temos de sublinhar as diversidades e as especificidades que marcam as diferentes áreas científicas, ou seja, que definem diferentes formas de fazer ciência de acordo com critérios inscritos nas suas epistemologias.

Do ponto de vista da APA este reconhecimento é necessário – não só no «papel», em concursos para financiamento de bolsas e projectos, nas designações das áreas científicas, mas também em termos de critérios, indicadores, programas de investimento, assegurando uma justa representação das diversas formas de produção de conhecimento científico. A WCAA (*World Council of Anthropological Associations*) vem, aliás, reclamando esta necessidade junto de organismos nacionais e internacionais muito em razão do que poderíamos designar por uma «submissão indesejada» aos grandes chapéus classificatórios da Sociologia e ou das Ciências Sociais e, como bem sabemos, os processos de classificação não são inócuos ou inconsequentes. Neste sentido, o ponto não é tanto o de criarmos competitividades entre saberes, e que no limite tendem a aniquilar todos aqueles vistos, de forma míope, «como inúteis e ou improdutivos» mas o de um estímulo permanente à existência de diversidades nas formas de conhecimento científico (em permanente inovação sustentada na criatividade de como se pergunta e se olha ao mundo numa dialéctica permanente com esse mesmo mundo que se renova permanentemente como terreno de estudo, nos seus objectos e sujeitos). Ao mesmo tempo, é desejável que se assegurem convivialidades entre todos os saberes. As reivindicações, muitas vezes retóricas, das inter, multi e transdisciplinariedades não podem servir apenas para mascarar outros processos que tendem a privilegiar posições hegemónicas de alguns saberes enquanto

assistimos à exclusão de outros, incluindo projectos e pessoas. E pela nossa experiência, as convivialidades são possíveis e há interesse de todos nós em que os diálogos possam ser alimentados. Não por acaso fala-se, cada vez mais, em simbiose e mutualismos disciplinares e institucionais para dizer que a ciência necessita de perspectivas múltiplas no acesso à complexidade do mundo e dos seus fenómenos sociais (e naturais).

Em quarto lugar, importa referir que é de valorização da ciência através do reforço do financiamento, seguramente a par de rigor e qualidade de procedimentos e processos de avaliação, que temos de falar. Muito foi feito nos últimos anos num processo que não pode ser interrompido agora. Mas há muito mais a fazer. O aumento do investimento na ciência deve ser realizado de forma sustentada e na base de um verdadeiro reconhecimento político e social da importância da ciência e do conhecimento científico - numa analogia quase similar com o que se passa nas artes. A revolta de muitos dos agentes resulta de uma percepção de injustiça. Soubéssemos nós que mais investimento existia (inclusive em termos da renovação do corpo docente das universidades) e, seguramente, que as constantes contestações de processos não seriam tão elevadas - o que alguém já designou como a judicialização dos concursos públicos (que trazem consequências perniciosas, como no limite o da sua própria anulação). Provavelmente, também, ajudaria a resolver o tão identificado problema do *in-breeding* que define muitas das universidades portuguesas. As pessoas e as instituições agarram-se às suas certezas e medos porque este cenário de imobilidade inultrapassável facilita como que um ciclo vicioso que promove uma espécie de «encapsulamento defensivo» dos interlocutores - apesar de, por exemplo, ao nível da investigação existirem excelentes experiências de intercâmbios internacionais e de acolhimento de investigadores estrangeiros, ou mesmo dos vários programas para a mobilidade docente às escalas europeia e mundial. É preciso criar e dar estabilidade às carreiras de investigação para que as pessoas (que também têm que comer, pagar contas, etc.) possam fazer bem o que sabem e aprendem a fazer bem e possam ter certeza de que a sua mobilidade não os deixará de fora. A APA afirmou-o recentemente no âmbito *Grupo de Reflexão sobre o futuro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia nomeado pelo actual Ministro de Ciência Tecnologia e Ensino Superior*.

Em quinto, e por último neste momento introdutório, permito-me a uma nota não menos importante sobre a dimensão pessoal dos cientistas, investigadores, professores. Falo das emoções e do bem-estar de todos nós, do gostarmos de fazer investigação, ciência - algo que aparentemente parece estar a ser perdido, como referem vários colegas. Fala-se e há notícia de suicídios na academia, da forte incidência da síndrome de *burnout* nos docentes universitários, de formas de pressão desmesuradas, de abandonos, desistências, de falta de tempo para (ter) os filhos, para férias, da perda do gosto por investigar, na burocratização das práticas. É pois também urgente o clamor pela recuperação do gosto, da felicidade, interesse e de uma vida de compatibilidade com o mundo e um mundo não só sobre o qual investigamos mas sobretudo do qual fazemos parte, fazendo-o a cada minuto. É também tempo para uma «*slow science*» que rejeite de forma determinada uma produção acéfala meramente condicionada por indicadores bibliométricos (a quantofrenia reinante!) e que, em vários casos (inclusive de cientistas de nomeada), parece esquecer uma dimensão ética relacionada com o modo como se produz conhecimento ou como se avaliam os impactos das afirmadas mas não testadas verdades ou certezas. Parece que o que interessa é produzir muito e depressa, sem os necessários momentos de reflexão crítica, de revisão cuidada do produto tornado público do que deve ser um processo e não somente um momento. Isto não significa que se defenda menor divulgação do conhecimento produzido ou um acesso mais limitado por parte das diferentes partes interessadas ao mesmo - muito pelo contrário. A ciência é um bem comum - de todos e para todos.

## **2. As Ciências Sociais para além da crise**

*Para além da crise* - como pensar o lugar do conhecimento (científico), das ciências sociais e de uma política científica perante os desafios sociais (em sentido lato) do *futuro próximo*, onde se antecipam cenários de fortes mudanças em termos de equilíbrios e adquiridos vivenciais - seja pensando em termos de economia, trabalho, lazer, inclusões e exclusões, ocupação do espaço, ambiente e ecologia, ou da circulação e

mobilidade de pessoas e outros não-humanos? A crise pela qual passamos, passámos ou da qual aparentemente já não passaremos, parece servir como um espelho onde se reflectem problemas gerais e específicos experienciados pelos vários campos do saber científico em Portugal. Após um período relativamente dourado - de investimento em bolsas e projectos - os últimos anos trouxeram nuvens negras à comunidade científica nacional (utilizando o termo de comunidade apenas e só como conjunto de pessoas inscritas e envolvidas nestes processos e não necessariamente na acepção sociológica de uma partilha de uma identidade).

Ora, o tema desta sessão remete pois para o do conhecimento (científico) e a discussão do seu lugar no mundo hoje - nas ditas economias e nas sociedades do conhecimento, por um lado, e, por outro, para o do lugar das ciências sociais no mundo e em Portugal. Algumas questões relevantes colocam-se imediatamente; para que serve o conhecimento (científico)? Como pensar o lugar da ciência nas sociedades actuais? E o das ciências sociais? Interessam? De facto? Há algumas que interessam mais? Aquelas que têm uma natureza mais aplicada? Formadoras de políticas públicas? Só conhecimento aplicado? Quais os benefícios de um bom conhecimento sobre as pessoas, suas vidas, suas relações com a tecnologia, o poder, a economia? Interessa conhece-los? Quem, como, quando? Qual a importância das ciências sociais no quadro de uma política nacional, europeia e internacional para a ciência e o conhecimento científico? Não cabe neste curto espaço responder a estas perguntas; no entanto, não podem ser apenas matéria para uma filosofia ou sociologia da ciência; devem penetrar o espaço público e político desde onde as ciências são representadas (bem ou mal) e aonde, em última instância, toda a produção científica «desaguará».

A construção disciplinar é um processo longo, feito de lutas por lugares, recursos e poder nas instituições científicas e políticas. Sabemos que também passa pela construção da sua identidade e da sua imprescindibilidade junto de muitos e diversos públicos. Sabemos ainda que o próprio espírito do tempo e os contextos (socio-historicamente determinados, conjuntural e circunstancialmente produzidos) suscitam necessidades (que também são fabricadas estrategicamente) à luz, por exemplo, de ideologias hegemónicas. Sabemos finalmente - ou importa que o deixemos muito claro - que os cientistas são pessoas de carne e osso sujeitas às circunstâncias socio-históricas e culturais que nos determinam bem como às nossas opções, formações, inscrições, etc. Neste sentido, é desejável que os homens e as mulheres que fazem ciência em Portugal assumam responsabilidade num devir que não pode ser apenas um caminho para a felicidade individual mas um projecto colectivo e inclusivo de todos os que fazem parte da (nossa) sociedade. A identificação de uma capacidade de agência no mundo - isto é, de intervenção com escolhas concretas em determinados momentos da vida política e social - só nos deve tornar ainda mais co-responsáveis de macro processos que, em última instância, definem a política científica em Portugal. Significa dizer que o jogo não se joga só nestes congressos e nestes debates; começa muito antes e vai muito mais além destes momentos óbvios nos quais circunstancialmente participamos. Faz-se fazendo, muda-se mudando, de facto. Não obstante, e como o afirmei no início, ser imperativo elogiar estas sessões, a verdade é que há muito tempo que alguns dos aspectos aqui referidos estão identificados e bem analisados mas nada parece ser feito para que as coisas mudem de vez.

### **3. Um breve olhar desde a antropologia**

Não é aqui o lugar para uma história da Antropologia em Portugal - do seu lugar nas ciências sociais e humanas nem tampouco da sua oferta formativa, de investigação e da profissionalização dos seus licenciados. Neste momento, a APA leva a efeito um estudo sobre o perfil do antropólogo em Portugal no qual se procuram conhecer os traços e os trajectos dos formados em antropologia nas universidades portuguesas. No entanto, é justo afirmar a «maioridade» de uma disciplina que há muito vem disponibilizando e antecipando olhares sobre temas, fenómenos, lugares e sujeitos que, de alguma forma, são negligenciados por outros saberes e marginalizados no âmbito das agendas públicas e políticas a várias escalas. Muito em razão da sua forma de pesquisar - da obsessão pelo trabalho de campo com presença

demorada nos contextos de investigação - mas também por razões teórico-epistemológicas, a verdade é que os antropólogos tendem à revelação de muitas «coisas» que se julgam não existir. Dão conta desses outros lados da vida social, política, económica, colectiva e individual que são constantemente invisibilizados.

Porém, os antropólogos são também interlocutores cruciais na produção de conhecimento sobre temas prementes (visibilizados) das sociedades contemporâneas; mobilidades, economia, novas formas de trabalho, identidade, património, conflitos étnicos e religiosos, alterações climáticas, biodiversidade, saúde, só para citar alguns, são áreas de investigação por onde a antropologia se movimenta em Portugal e no Mundo. Antropólogos e antropólogas portuguesas e não portuguesas a investigar e a trabalhar em Portugal têm, de facto, produzido excelente investigação com reconhecimento nacional e internacional; muitos são acolhidos em universidades e centros estrangeiros enquanto as suas publicações informam decisores e várias políticas sectoriais (etnicidade, migrações, refugiados, identidade, saúde, risco, entre muitos outros).

Neste sentido, a formação do CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia) em 2008, como «unidade de investigação interinstitucional, que agrega cerca de 240 investigadores com base em quatro polos institucionais (Universidade do Minho, Universidade de Coimbra, ISCTE-IUL, FCSH-UNL) e que tem sido lugar de acolhimento de investigadores de várias nacionalidades, de projectos e de realizações a escala internacional, deve ser entendida à luz de um conjunto de políticas públicas e europeias para a ciência e da necessidade de dar dimensão (entenda-se também internacionalização e visibilidade) a esta áreas disciplinar. Por outro lado, importa ainda notar a presença de antropólogos em muitos outros centros de investigação pluridisciplinares (e.g. CETRAD ou CICS.NOVA) - o que mostra bem uma vocação interdisciplinar da antropologia - bem como a sua participação em projectos multidisciplinares.

Há já alguns anos que a APA vem reflectindo e discutindo o lugar da antropologia como ciência, saber e profissão em Portugal. Não tendo em Portugal uma afirmação e uma identidade «tão» resolvidas quanto a sociologia, a história e a geografia, só para citar três exemplos de maior proximidade, ou a importância e o reconhecimento que ostenta em certos países - (e.g. Noruega, Brasil, Austrália) a verdade é que a antropologia conquistou há muito um terreno próprio traduzido em objectos de estudo, formas de pesquisar e comunicar resultados que, não sendo suas exclusivas, lhe garantem uma marca referencial muito importante. Como referi, um olhar constante sobre o mundo, de forma envolvida (num estudar com as pessoas), numa atitude que nos situa enquanto observadores - com uma reflexividade permanente, tão necessária a uma desconstrução crítica dos lugares e posições desde onde conhecemos e são construídas várias hegemonias, faz da antropologia uma ciência muito importante nas sociedades contemporâneas. O conhecer de perto, à escala das pessoas, do vivido de facto é algo que se reivindica cada vez mais para completar e dar substância a conhecimento que tende a falhar no vínculo às experiências concretas dos sujeitos e, talvez não por acaso, a recente «moda» da etnografia nas artes, na publicidade ou, mesmo, na gestão parece mostrar quão importante pode ser a abordagem antropológica ao mundo.

Por isso mesmo, na carta que a direcção da APA enviou ao Ministro em 2008, afirmava-se a importância e a singularidade da disciplina. Ou seja, propunha-se um reconhecimento devido e específico das suas formas privilegiadas de investigar sem prejuízo da consideração de aspectos importantes a ter em atenção num quadro de partilha e competição alargada de saberes à escala internacional. A integração em redes nacionais e internacionais, a avaliação (considerando a sua especificidade), a da internacionalização via publicação/comunicação em língua inglesa em congressos e em revistas de circulação internacional com arbitragem científica mas tendo em atenção a importância da língua portuguesa e de redes constituídas no espaço lusófono, ibérico, mediterrânico e ibero-americano - como contextos contra-hegemónicos - são questões para as quais anteriores direcções da APA chamaram a atenção em devido tempo. Dizia-se em 2008 numa carta aberta da direcção presidida por Susana Matos Viegas e João Pina-Cabral, ao Professor Mariano Gago, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que:

«No referente à internacionalização (...) parece hoje especialmente urgente encorajar a emergência de redes secundárias de produção intelectual com relativa independência por relação à hegemonia global. A



constituição de tais redes envolve a promoção de (i) escolas científicas locais relativamente autónomas, (ii) correntes teóricas com relativa especificidade, (iii) tradições de pesquisa empírica específicas, (iv) meios de divulgação científica próprios, (v) arenas transversais de constituição de interconhecimento entre cientistas. Entre outros aspectos positivos, a existência destas redes tem resultado em sinergias interdisciplinares por vezes inesperadas e sempre valiosas»

Sublinhava-se, efectivamente, a necessidade de alargar o espectro das necessárias relacionalidades científicas a outras geografias para além dos centros hegemónicos, ao passo que se reivindicavam especificidades para a disciplina em termos do que devem/deveriam ser os seus referentes de avaliação. Ou o que os autores da referida carta escreviam como sendo as «bitolas avaliativas justas para a área das Ciências Sociais e Humanidades». Recentemente, já em 2016, a APA participou no Grupo de Reflexão sobre o futuro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia nomeado pelo Ministro de Ciência Tecnologia e Ensino Superior no qual se associou a um conjunto de pressupostos sobre o que é e deve ser a avaliação e o financiamento da investigação em ciências sociais e no qual se voltam a apontar aspectos particulares que mais directamente se relacionam com a antropologia.

#### **4. Notas Finais - contributos para uma política da ciência (social) em Portugal**

Para terminar esta breve reflexão gostaria de deixar algumas notas finais que põem em perspectiva algumas das questões que têm sido abordadas nos diferentes fóruns de reflexão sobre este tema.

1 - A questão de criar carreiras de investigação com maior estabilidade e não apenas nos laboratórios associados, atendendo às especificidades mas também convivialidades necessárias entre quem ensina e quem investiga; neste sentido, porque não conceber linhas de financiamento para investigadores em exclusividade diferenciadas das criadas para docentes, que por sua vez são obrigados, para progredirem na carreira, à investigação? As condições de partida e a disponibilidade, entre outros aspectos, não são iguais. A questão da estabilidade é extensível aos financiamentos dos centros, dos projectos, e dos critérios de avaliação. É uma reivindicação dos centros de investigação em antropologia (mas não só), para que as pessoas e as organizações saibam atempadamente com o que contar. Autonomia (contratações), transparência (avaliação) e rigor (coerência disciplinar de quem avalia) são outras das reivindicações em cima da mesa que os centros afirmam como prioritárias.

2 - Pensar a investigação para além da FCT; há muitos outros programas de apoio e quadros de financiamento que podem muito bem servir a investigação - alguns deles tornam relativamente marginais os produtos publicáveis mais convencionais (artigos científicos e livros) em detrimento de manuais de boas práticas, relatórios, pareceres, *policy-briefings*, mas importa não negligenciar outras fontes de financiamento privadas e públicas à investigação científica. Obviamente, neste aspecto, apela-se à criatividade e envolvimento dos centros de investigação.

3 - Não obstante, o cenário é um no qual temos de olhar de frente para alguns dados importantes que tornam estas questões relativamente complexas. Há muitas pessoas a serem formadas na universidade que os centros de investigação ou departamentos não conseguem absorver. Digamos que o campo académico em Portugal não consegue integrar tanta gente, ainda mais porque - como é conhecido - as empresas não recrutam doutores e mestres num número desejável, determinadas áreas científicas não são apetecidas ou reconhecidas na administração pública ou ainda porque a aplicabilidade do conhecimento tem em muitos projectos um carácter residual. E também por isso, os problemas que afectam os cientistas não podem ser vistos de uma só perspectiva - isto é, desde uma única posição de partida. As especificidades inerentes à condição e problemas de um recém-licenciado, de um estudante de doutoramento, de um bolseiro FCT, de um investigador com contrato precário ou de um docente universitário não podem ser negligenciadas. Até porque as instituições de acolhimento (ou entidades patronais) são diferentes entre si no que diz respeito aos campos onde actuam, ao

reconhecimento público, à sua integração em redes nacionais e internacionais e à importância e aplicabilidade (legitimada) da sua investigação.

4 - Sobre a produção da ciência. É importante ter gestores de projectos, colectores de fundos, pessoas que se dedicam a produzir (no sentido em que se utiliza nas artes) o espectáculo; e os artistas (os cientistas) devem ocupar o seu tempo com as partes conceptuais, metodológicas e científicas - devem dedicar-se à execução científica dos projectos, deixando a execução financeira dos mesmos para especialistas. Esta é uma prática que começa a ser seguida em muitas instituições mas que ainda se encontra deficitária. Porventura, significará ou implicará igualmente uma desburocratização dos processos de candidatura - de menos tempo perdido em fases improdutivas e mais tempo dedicado à produção de conhecimento. Transferência (maior autonomia) e aumento da responsabilidade e responsabilização para os centros e investigadores obviamente virão associados a este processo desburocratizador.

5 - A questão temporal - e da pressão que existe hoje para a obtenção de resultados em tempo recorde, num obsessão bibliométrica e pela quantofrenia que, provavelmente, tem como consequências principais a produção de muito em detrimento da produção de bom. A Analogia com a produção de chouriços parece-me muito adequada. Se a certificação dos fumeiros tradicionais levou ao aumento indiscutível desta indústria a verdade é que a qualidade não acompanhou este movimento. O mesmo tende a passar-se com os artigos científicos escritos a um ritmo alucinante; se é certo que esta prática se inscreve em convenções disciplinares específicas (e.g. a multi-autoria, trabalho em rede) não deixa, no entanto, de criar desigualdades em termos de avaliação e subsequente atribuição de apoios. Existindo, cada vez mais, formas de ponderar trabalhos e produtos necessariamente desiguais, parece-me muito claro que se deve reconhecer e admitir diversidade nas formas de produção e divulgação da investigação.

6 - A Quantofrenia e bibliometria reinante traduzem-se igualmente numa hiperespecialização na qual predominam os modelos matemáticos. Ou se explica a realidade com base numa métrica universalizante (e numa língua franca, preferencialmente) ou o que se produz não conta, não existe. Dizia-se com ironia no último congresso da APA que quem não se quer lido escreve em português. Esta questão ancora no ponto anterior, uma vez que a admissibilidade da diversidade da investigação só pode ser o justo critério para reconhecer a diversidade interna e interdisciplinar na ciência. No caso concreto de disciplinas como a antropologia, a sua preferência por uma investigação que privilegia o contacto prolongado com sociedades e indivíduos na busca de conhecimento situado traduz-se em ritmos de produção distintos daquele assumidos para outras ciências. Não se confunda, no entanto, produtividade com produção nem tampouco qualidade com quantidade. A proliferação de entradas em muitos curricula de investigadores não significa necessariamente que a sua produção seja boa, que sejam lidos ou, mesmo, no limite, que tenham uma boa produtividade.

7 - No caso dos docentes universitários, condição que me caracteriza, a multiplicação de tarefas - associada a burocracias decorrentes de novas exigências formais e ao aumento do número de horas semanais e do número de alunos para avaliar, ao mesmo tempo que se reivindicam, para efeitos de progressão na carreira, artigos, projectos, candidaturas e idas a congressos cria uma forte pressão sobre os mesmos. Uma concorrência desleal em termos de investigação que é amplificada com a entrada de *pós-docs* para posições de docência, ocupando cargas quase integrais mas pagos a baixo preço (e sem encargos decorrentes de uma contratação não precária). Neste caso, é importante apontar à responsabilidade das universidades e dos centros de investigação para que façam cumprir quesitos equitativos para as diferentes condições profissionais.

8 - Também já referido, existe um diferencial em termos de regimes de produção, o que só pode ser elogiado e estimulado; mais colaborativos e colegiais nas ciências (ditas) exactas ou naturais, menos nas ciências sociais e, mais em particular, na antropologia. Apesar das ciências sociais terem vindo a adoptar e replicar regimes de produção (tipos de investigação, autoria, tipo de publicação, estilo e tipo de texto, etc.) outrora exclusivos das ciências (ditas) naturais ou exactas, parece-me que a reivindicação para uma abordagem mais

abrangente em termos do reconhecimento da diversidade do trabalho científico e de autor é completamente necessária. Tal como disse, o tema da autoria é muito pertinente. Se há, porque em termos de convenção disciplinar assim se estipula, quem construa curricula com base nos trabalhos orientados, noutras áreas tal não acontece desta forma - o que não significa que se esteja a fazer mal ou bem. Há bem pouco tempo, no âmbito de uma avaliação de candidatos a bolsa FCT para doutoramento e pós-doutoramento, propunha que em vez de olhar para a quantidade de IPC (indicadores de produção científica) se avaliasse a qualidade de cinco trabalhos escolhidos e indicados pelo proponente. Evitar-se-ia a demora na ratificação de tudo, além de que, recorrendo a uma analogia culinária, teríamos acesso a algo verdadeiramente bom. Em vez de sabermos que o candidato faz muitos bifés com batatas fritas, ficaríamos (ou não) a saber que sabe fazer algo requintado e com qualidade.

9 - A existência de um mercado (e de uma indústria) de periódicos e publicações inscritos em centros de investigação, universidades e países centrais que tornam muito difícil a existência de alternativas em países, centros e periódicos mais periféricos, favorecendo lugares, pessoas e redes em detrimento de outras e ajudando à construção de hegemonias várias (autorais, institucionais, temáticas, etc.). Algo que também estimula o aparecimento de uma espécie de «burocracia ilustrada» (a designação não é minha) estabelecida nos lugares de avaliadores que tem a vida facilitada. Isto é, praticamente já não têm que ler os artigos. Sabe-se que foi aceite num determinado jornal, que por sua vez está valorizado numa rede de editores e universidades e, portanto, assume-se que é bom à partida. O problema é, como refiro, o da exclusão de outros. As coisas complicam-se se pensarmos que existe toda uma economia à volta da produção e publicação da ciência com consequências e práticas altamente duvidosas. Paga-se muito para se ser publicado (privatização da investigação); existem favorecimentos e inter referências entre autores que alimentam cadeias de produção e de reconhecimento, o que, obviamente, depois tem consequência num acesso (não democrático e justo) aos fundos e apoios.

10 - Finalmente, uma referência a uma divisão do trabalho científico que se parece acentuar- ente textos com factores de impacto, valorizados pelas agências de financiamento mas sujeitos às condições enunciadas no ponto anterior, e os textos de teoria, reflexão ou divulgação (sem factores de impacto) e que, como tal, são menosprezados, bem como aquelas actividades que parecem não contar para que os centros e as universidades possam ir buscar mais fundos. Veja-se, por exemplo, a depreciação do livro. Portanto, a mercadorização da actividade científica associada à quantificação e avaliação de tudo (com um valor atribuível e correspondente em dinheiro) - do tempo, das palavras escritas, dos acessos tidos aos produtos de investigação publicados (esquecendo-se as condicionantes referidos no ponto nove) - estimula uma competição extrema, e muitas vezes cega, entre colegas, departamentos, centros de investigação, que, inscrevendo-se bem numa lógica capitalista actual ligada à criação de valor acrescentado ou mais-valia, não deixa, contudo, de aniquilar o bom e original espírito científico da descoberta pela descoberta, dos diálogos inter e intra-disciplinares e institucionais, da tertúlia, do encontro sem que se insista na pergunta deplorável - «isto serve para quê?» O conhecimento produzido pelos cientistas é sempre resultado de um processo longo de colaborações que não se esgotam numa lógica quantitativa e quantificável. Reconhecer esta multiagencialidade, não quantificável, ao mesmo tempo que se celebra a diversidade da prática científica é pois condição imprescindível para uma melhor ciência e política científica em Portugal - mais inclusiva e com maior investimento público estatal - porque seguramente, mais cedo ou mais tarde, traduzir-se-á sempre num benefício para toda a sociedade e não somente para reforçar processos de apropriação privatizadora - para benefício de apenas alguns.